



PSD p.10

Moreira da Silva visitou comunidade lusa nos Estados Unidos e chefiou delegação do PSD no encontro com o PS



PSD p.11

Marco António Costa presidiu à cerimónia da apresentação do candidato autárquico do PSD à Câmara Municipal do Sardoal

POVO LIVRE



nº 1786

12 de Junho de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Os portugueses são gente trabalhadora, cumpridora e honrada



O Presidente do PSD na apresentação de Carlos Silva à Amadora

Parlamento p.13

Um mandato da estabilidade, do reformismo e do futuro de Portugal

PSD p.11

Ricardo Rio apresentou oficialmente a candidatura à Presidência da Câmara de Braga

Passos Coelho na Amadora

Os portugueses são gente trabalhadora, cumpridora e honrada



Numa intervenção de improviso, mas de grande impacto e qualidade, frequentemente interrompida por entusiásticos aplausos, o presidente do PSD e Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou “não ter medo do resultado das eleições autárquicas, nem das europeias, dos portugueses, nem do seu julgamento”.

Passos Coelho começou por recordar a grande capacidade do candidato – Carlos Silva para exercer o seu mandato de Presidente da Câmara da Amadora. Nascido e criado na Amadora, foi ele quem, há uns anos e noutras autárquicas – levou Passos Coelho a candidatar-se ao lugar a que ele, hoje, se candidata. Nascido e criado na Amadora, nessa anterior campanha, revelou já as suas qualidades, o seu conhecimento íntimo dos problemas, das instituições e das pessoas do Concelho, a sua capacidade de resolver problemas, de tratar as circunstâncias mais diversas, de forma a dominá-las e tirar proveito dos problemas, transformando-os em oportunidades.

Sem dúvida que todas essas características fazem dele o candidato ideal, neste clima de mudanças que queremos estabelecer para a Amadora, bem como a sua família, que já há 16 anos ajudou activamente, muitas

vezes com sacrifícios, a preparar essa campanha, na qual eu não consegui vencer, apesar de todos esses esforços.

Lembrou as pessoas, desde Jorge Paulo Roque da Cunha, até Carlos Carreira (esse saiu, para Cascais), que ao longo do tempo que decorreu, nunca desistiram, e estão aqui a mostrar a sua disponibilidade para esta luta, pessoas que, quando é preciso, “deitam mãos à obra e não têm medo de o fazer”.

Passos Coelho – porque decorre, como ele lembrou - o 2º aniversário das últimas eleições legislativas - além da declaração de apoio inequívoco a um grande candidato e grande amigo, não deixou de abordar o tema da História desses dois anos, marcada pela convivência forçada com o memorando assinado pelo Governo anterior e pelo estabelecido programa de assistência e resgate. Falando como Primeiro-Ministro abordou diversos aspectos

desses dois anos e declarou-se orgulhoso do trabalho feito pelo Governo.

“Nós temos de ser gente que diz o que quer e o que faz. Eu tenho muito orgulho do trabalho que estou a fazer, com uma equipa de gente que pôs os interesses do País à frente dos seus próprios. Não faremos tudo bem, mas fazemos tudo o que podemos pelo nosso Portugal”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro e Presidente do PSD considerou que, se se fizessemos, como exercício, um balanço de dois anos de governação, veríamos como que actualmente os portugueses são vistos no estrangeiro, como “gente trabalhadora, cumpridora e honrada”, que conseguirá ultrapassar as dificuldades que enfrenta.

Passos Coelho deixou “uma nota de confiança e de esperança” no futuro, embora ressalvando que o caminho será difícil: “Não dizemos que vamos ter o paraíso na terra. A nossa recuperação vai ser lenta, vai exigir muito esforço, muita dedicação de todos nós. Mas, não tenham dúvidas, nós vamos ver um fim para esta crise e vamos começar a recuperar”.

O Primeiro-Ministro não deixou passar em branco a governação anterior e lembrou que o anterior executivo do PS “escondeu dos portugueses que o Estado estava em situação de pré-falência e adiou o pedido de resgate financeiro, em prejuízo do interesse nacional, contrariando recomendações externas, pois o auxílio externo veio numa situação limite, em condições muito mais gravosas e com imposições muito mais apertadas e limitativas de uma negociação mais renhida, tempo



resultado um, acordo de resgate que – as circunstâncias nacionais e internacionais assim o têm demonstrado – tem um cumprimento integral no tempo e no espaço quase transformado numa “missão impossível”. E foi isto que este Governo herdou, complicado por situações de adicional gravidade, que foram escondidas de todos e nunca vieram ao conhecimento de todos os interessados, quando o governo socialista “negociava” em nome de um Portugal que não era bem aquele que mostravam.

Quanto à actuação do Governo PSD/CDS-PP, o primeiro-ministro reclamou que este retirou Portugal da “beira do precipício” e que “mais de dois terços do ajustamento que o País precisava de fazer estão cumpridos”.

“Hoje, repito, Portugal e os portugueses são vistos como gente trabalhadora, cumpridora e honrada, que quer vencer estas dificuldades e que vai vencer estas

dificuldades, porque fora de Portugal ninguém tem dúvidas de que vamos conseguir fazê-lo”, sublinhou.

Passos Coelho expressou compreensão pela “grande dificuldade que o processo de ajustamento trouxe a muitos portugueses”, afirmando: “Eu sei o que é não ter condições para manter uma empresa, o que é ficar desempregado, não ter uma perspectiva no imediato, no médio prazo, que nos permita pensar que vamos conseguir recompor a nossa vida. É uma verdadeira tragédia na vida de um País”.

O Presidente afirmou ainda que com imensos sacrifícios e muito dolorosamente, conseguimos. Nós vamos fechar o período de assistência, vamos recuperar a nossa total soberania, sem ter de estar a prestar contas, em cada três meses, aos representantes dos nossos credores da “troika”. «Em bem sei que muitos, na Oposição,

dizem que isso é pouco. Não foi pouco pedir o resgate, mas é pouco recuperar a soberania! Eu penso que os Portugueses percebem bem a diferença”

«Dito isto, todos compreendem que nós não podemos voltar para trás, que não há passes de mágica /.../ que a recuperação vai ser lenta e por vezes penosa. E por vezes perguntou-me, se aqueles que começam a ficar ansiosos com esta situação, não estarão a ficar mais preocupados com eles, que com o País. Quem hoje não percebe que uma crise política nos faria voltar a 2011 e desperdiçar e desrespeitar todos os esforços e todos os sacrifícios que foram feitos até hoje.

Outros Países já passaram por crises tão grandes ou maiores que a nossa. Temos recebido visitas de Primeiros-Ministros que tiveram desempregos de 20 e 25 %, quebras de PIB iguais ou superiores à nossa, sacrifícios maiores que os nossos. Mas venceram. E nós vamos vencer. Mas, para isso, não podemos voltar atrás e temos desenhar caminhos diferentes.

E mais adiante, lembrou ainda que é necessária uma nova mentalidade de exigência e desempenho, de seguir com rigor regras de equilíbrio; e ante aqueles que tudo prometem, aumentar a despesa e reduzir o défice, diminuir os impostos e baixar a dívida (duas coisas manifestamente impossíveis), podemos dizer que os portugueses que devem decidir quem querem...

Já no final do seu discurso, na qualidade de presidente do PSD, Passos Coelho considerou que os eleitores vão votar nas autárquicas tendo em conta “a transformação nacional que está a ocorrer e a transformação local que a deve acompanhar”, porque “as eleições são distintas, mas todas as coisas estão interligadas”

“Nós não criamos compartimentos estanques na política. Eu não tenho medo dessas coisas. Eu não tenho medo do resultado das autárquicas, eu não tenho medo do resultado das europeias, eu não tenho medo dos portugueses, nem do seu julgamento. Nós temos de ser gente que sabe o que quer e trabalha para isso, afirmou, já a terminar. Temos candidatos que estão decididos e que saberão fazer tudo o que for possível, pelas nossas terras e pelo nosso País. Viva a Amadora! Viva Portugal”.

– Fonte: Povo Livre, com Audiovisuais PSD



Visita do Primeiro-Ministro da Polónia

“Este é o momento mais adequado para poder investir em Portugal”



Esteve em Portugal, em visita oficial e de trabalho com o PM português, o Primeiro-Ministro da Polónia, Donald Tusk. Na conferência de Imprensa o Chefe do Governo português alargou as suas declarações a assuntos de carácter social e económico e sustentou que este é o momento “mais adequado para poder investir em Portugal”, porque estão a ser lançadas as bases para “uma nova economia” e para um crescimento sustentado.

Questionado sobre o que poderá levar os polacos a investir em Portugal nas atuais circunstâncias, o primeiro-ministro português respondeu: “Este é o momento até mais adequado para poder investir em Portugal, pois dois terços do ‘ajustamento económico’ que Portugal precisava de fazer estão feitos e assim, não apenas estamos a corrigir os desequilíbrios muito fortes que herdámos do ponto de vista macroeconómico, como estamos a lançar as bases de uma nova economia, que pode prosperar para futuro em melhores condições do que aquelas que tivemos até antes da crise, logo, um investimento feito nesta ocasião tem possibilidades de se tornar francamente rentável, acompanhando e fazendo parte do crescimento que esperamos”, acrescentou.

Segundo Passos Coelho, o Governo tem enfrentado os problemas que impediam o crescimento sustentado da economia portuguesa, através de transformações estruturais.

“A maior parte dessas transformações,

apesar de demorarem ainda algum tempo a reflectir-se no desempenho económico, estão lançadas e, em grande medida, estão cumpridas. O que significa, portanto, que, para futuro, quem investir agora em Portugal terá melhores condições para crescer do que teve no passado”, defendeu.



O Primeiro-Ministro português referiu que o executivo adoptou recentemente “vários instrumentos voltados para a captação do investimento na segunda metade do ano de 2013”.

“O ambiente próprio para investir é hoje melhor do que foi nos dois últimos

anos. Eu espero que os investidores polacos possam olhar para essas oportunidades que o ajustamento que o país já fez abre para futuro. É possível ter bons negócios em Portugal para os próximos anos”, reforçou.

Nesta conferência de imprensa, o Primeiro-Ministro português qualificou

necessária “uma análise muito aprofundada” no próximo Conselho Europeu sobre o “agravamento da situação económica na Europa e, em particular, o aumento do desemprego entre os mais jovens”.

Passos Coelho saudou, também, o acordo entre o Governo e a Associação Portuguesa de Bancos sobre os ‘spreads’ das linhas de investimento, considerando que pode ser muito importante para a inversão do clima económico.

Por outro lado, o chefe do Executivo congratulou-se com os dados do Instituto Nacional de Estatística sobre a receita fiscal nos primeiros quatro meses deste ano, afirmando que estes dão “alguma confiança” ao Governo de que o Orçamento Rectificativo “poderá ser cumprido favoravelmente até ao final do ano”.

Passos Coelho assinalou o “abrandamento da quebra da procura interna” e os dados sobre a receita fiscal, que disse serem “bastante mais favoráveis” do que o executivo supunha.

“À procura deste momento de oportunidade de investimento, quero também saudar o acordo que foi possível obter entre o Governo, hoje mesmo, e a Associação Portuguesa de Bancos, no sentido de baixar o limite máximo dos ‘spreads’ que podem ser praticados nas linhas de investimento dedicadas às pequenas e médias empresas em particular”, acrescentou.

Segundo o Primeiro-Ministro, “mais empresas poderão aceder a essas linhas

de financiamento até ao final do ano, conjugando assim as oportunidades que o Governo também criou com o crédito fiscal ao investimento”.

“Isso pode ser muito importante para criar, na segunda metade deste ano um clima muito favorável para podermos registar uma inversão do clima económico”, considerou, referindo que, “nesta fase, a retoma do investimento está muito condicionada pelo custo do dinheiro”.

O Primeiro-Ministro e a greve dos professores

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, apelou também aos sindicatos dos professores, para que canalizem o seu protesto para a greve geral, marcada para 27 de Junho, suspendendo a paralisação convocada para dias de avaliações e exames nacionais.

“Há uma greve geral que foi marcada para o final do mês. As razões que possam assistir aos sindicatos podem perfeitamente passar para essa greve geral e não para uma greve que tenderá a penalizar sobretudo os estudantes e as suas famílias”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Questionado pelos jornalistas sobre a greve dos professores, o Primeiro-Ministro começou por ressaltar que “o Governo respeita o direito à greve e que respeita as decisões que os sindicatos assumiram de anunciar o pré-aviso de greve”.

“Quero aproveitar para apelar aos próprios sindicatos (...) no sentido de não prejudicarem as famílias e os estudantes que têm realmente provas importantes que precisam de prestar e que condicionam de uma forma muito relevante o seu futuro imediato, nomeadamente no que respeita à conclusão do ensino secundário e à sua candidatura ao ensino superior”, acrescentou.

As principais razões que levaram os docentes a avançar para a greve prendem-se com a aplicação da mobilidade especial aos docentes e o alargamento do horário de trabalho de 35 para 40 horas semanais, medidas que foram aprovadas em Conselho de Ministros na quinta-feira à noite.



Depois de terem anunciado que iriam fazer greve às avaliações (entre os dias 7 e 14 de Junho), e que iriam participar na greve geral de dia 17 (que coincide com o primeiro dia de exames nacionais), os sindicatos decidiram quinta-feira alargar a greve por mais uns dias, depois de um dia de negociações com a tutela.

A esse propósito, o Primeiro-Ministro afirmou esperar que sejam fixados serviços mínimos, que assegurem a realização normal dos exames do secundário, apesar da greve dos professores, e não seja necessário o Governo adoptar “outras medidas”, que não especificou, dizendo apenas que “O Governo não deixará de fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir a regularidade dos exames. Aguardamos, portanto, que a comissão arbitral possa fixar os serviços mínimos para essa greve. E eu quero acreditar que chegaremos a um entendimento para a fixação dos

mínimos para a greve que for decretada”, afirmou Pedro Passos Coelho, na conferência de imprensa na residência oficial de São Bento.

“Os serviços mínimos deverão garantir a realização em condições de normalidade desses exames. E espero sinceramente que não seja necessário o Governo adoptar nenhuma outra medida para garantir esse objectivo”, acrescentou.

Antes, o Primeiro-Ministro explicou que o Governo PSD/CDS-PP tem mantido uma posição de “abertura realista” na procura de um acordo com os sindicatos dos professores.

“Não foi possível, no entanto, chegar a acordo. Para que tivesse sido possível um acordo, todo o processo de reforma do Estado teria de ser adiado ou, pura e simplesmente, não poderia ter sido prosseguido. Ora, isso nós não podemos aceitar”, disse.

Segundo Passos Coelho, “a nova lei sobre a requalificação ou a mobilidade na Administração Pública, como o alargamento para as 40 horas de trabalho na Administração Pública, não pode deixar de prosseguir depois das conclusões que foram divulgadas pelo acórdão do Tribunal Constitucional quanto ao Orçamento do Estado para 2013”, que impôs “outras medidas” para “tornar as contas do Estado sustentáveis no médio e no longo prazo”.

As principais razões que levaram os docentes a avançar para a greve prendem-se com a aplicação da mobilidade especial aos docentes e o alargamento do horário de trabalho de 35 para 40 horas semanais, medidas que foram aprovadas em Conselho de Ministros na quinta-feira à noite.

Depois de terem anunciado que iriam fazer greve às avaliações (entre os dias 07 e 14 de Junho), e que iriam participar na greve geral de dia 17 (que coincide com o primeiro dia de exames nacionais), os sindicatos decidiram quinta-feira alargar a greve por mais uns dias.

Entretanto, o ministro da Educação, Nuno Crato, garantiu que não deixará de recorrer a todos os mecanismos legais para garantir a realização dos exames nacionais, não descartando formalmente a hipótese de uma requisição civil.

Neste momento (dia 7) um colégio arbitral ainda está a analisar a possibilidade de serem decretados serviços mínimos. - Lusa

Conselho de Ministros de 6 de Junho de 2013



O Governo aprovou hoje em Conselho de Ministros duas propostas de lei que consubstanciam medidas estruturais para revitalizar e melhorar o Estado e a Administração Pública. Estas medidas integram o esforço que tem vindo a ser feito pelo Governo, com vista à reforma do Estado e da Administração Pública. Devido às alterações orçamentais a que o Governo se viu obrigado para dar cumprimento ao Acórdão n.º 187/2013, de 5 de Abril, do Tribunal Constitucional, tornou-se necessário avançar já com algumas das medidas previstas para a Administração Pública, que servirão de suporte ao nosso objectivo de reforma para um melhor Estado, mais ágil

e menos burocrático, e com maior eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados.

Estas medidas significam também uma oportunidade para imprimir uma nova dinâmica aos regimes de emprego público, que passam a beneficiar de mecanismos de flexibilidade e gestão, melhorando a relação do Estado com os cidadãos e aproximando-os dos que já existem no sector privado.

A primeira medida consiste na alteração do período normal de trabalho, de 35 para 40 horas semanais. Portugal encontra-se, no sector público, abaixo da média de horas de trabalho dos países da OCDE. Esta medida, ao mesmo tempo que acentua a convergência com o horário de trabalho no sector privado, corrige também situações de desigualdade dentro do próprio Estado. A alteração do horário de trabalho traz evidentes ganhos para a prestação dos serviços públicos, para as populações que os utilizam e para a competitividade da economia nacional.

A segunda medida vem corrigir e melhorar o sistema de mobilidade especial, particularmente necessário para corresponder ao esforço de reestruturação dos serviços públicos. Decorridos mais de seis anos desde a sua criação, é agora alterado o sistema de mobilidade, tendo em conta os seus diminu-

tos resultados em termos de racionalização da Administração Pública e de investimento nos seus trabalhadores. Tal como estava, o sistema limita-se a retirar os trabalhadores de funções, reduzindo progressivamente o seu salário, sem limites temporais e sem qualquer incentivo ou apelo ao regresso ao exercício de funções.

O novo sistema aposta na requalificação dos trabalhadores durante um período de um ano, reconhecendo as competências específicas de cada um. A formação profissional, agora responsabilidade da Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, assume-se como um objectivo central, permitindo uma efectiva requalificação e aproveitamento profissional dos quadros públicos. O objectivo passa por criar melhores condições para estes trabalhadores poderem encontrar novas funções no contexto da reorganização dos serviços públicos. Naturalmente que, por razões de equidade com o estabelecido no código do trabalho, a eventual cessação do contrato com os trabalhadores dará sempre lugar ao pagamento de indemnizações e à atribuição de subsídio de desemprego.

O Governo considera que estas são, de facto, medidas de suporte à reforma do Estado, que asseguram uma melhor gestão

da mobilidade dos seus trabalhadores e o reforço da capacidade dos órgãos e serviços para se adequarem a novas exigências funcionais. Nesse sentido, criam um enquadramento administrativo mais flexível, de maneira a permitir que o processo de reforma do Estado seja melhor conduzido e implementado. Uma Administração Pública mais ágil e qualificada abre caminho para um Estado reformado e revitalizado.

Os níveis de endividamento público insustentável do nosso Estado têm sido, desde que este Governo assumiu funções, um dos principais desafios do País. O caminho tem sido árduo. Este facto condiciona a nossa escolha de políticas. Apesar destas limitações, o Governo está firmemente comprometido com a renovação das Administrações Públicas, valorizando e reconhecendo o mérito e empenho dos seus trabalhadores, defendendo as suas competências e responsabilidades como vitais para o funcionamento de um Estado mais ágil e menos burocrático. Por isso, o Governo espera também que este processo de racionalização da Administração Pública possa permitir começar a libertar, em 2014 e de forma gradual, os instrumentos de reconhecimento de mérito e progressão de carreira dos funcionários públicos.- Conselho de Ministros

Debate sobre o Orçamento Rectificativo com Vítor Gaspar

“Com confiança, Portugal pode dar início à recuperação da actividade económica”

«Portugal cumpriu e cumprirá de forma a crescer sustentadamente, criar emprego e manter-se na área euro e na União Europeia», afirmou o Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, no debate do orçamento rectificativo, no Parlamento, onde estiveram também os Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, e da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Vítor Gaspar disse, a abrir:

Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhoras e Senhores Deputados: os principais factores que determinaram a Alteração ao Orçamento do Estado foram a decisão do Tribunal Constitucional, a revisão das perspectivas macroeconómicas e a modificação dos limites orçamentais. O Acórdão do Tribunal Constitucional obrigou à reposição dos subsídios com um impacto significativo na despesa. A deterioração do cenário macroeconómico conduziu a uma revisão em alta dos custos com subsídio de desemprego e a uma revisão em baixa das receitas fiscais.

Mas a revisão das previsões da receita fiscal não exigiria, por si só, uma Alteração ao Orçamento. As poupanças no interior do Estado com as quais o Governo se comprometeu também não. A Alteração ao Orçamento do Estado foi necessária devido ao aumento de despesa exigido no seguimento da decisão do Tribunal Constitucional.

Nas primeiras fases do ajustamento, Portugal cumpriu para estabilizar. Cumpriu os limites quantitativos estabelecidos no Programa de Ajustamento e

demonstrou um elevado grau de execução das medidas acordadas. Tem também assegurado progressos significativos nos três pilares do Programa. Portugal recuperou o acesso ao financiamento de mercado antes do previsto.

O cumprimento do Programa permitiu estabelecer uma relação de credibilidade e confiança com os nossos credores. Possibilitou, assim, a negociação de melhores

condições. A conclusão formal do sétimo exame regular, que deverá ocorrer nas reuniões do Eurogrupo e do Ecofin de 20 e 21 de Junho, é um exemplo claro dos desequilíbrios macroeconómicos que persistiam há décadas. No final de 2012, a economia portuguesa alcançou uma capacidade de financiamento face ao exterior num montante de 0,4% do PIB. Este indicador manteve-se positivo no primeiro trimestre deste ano. A correcção do défice externo foi notável desde 2011. Foi baseada nas exportações que cresceram mais de 20% em termos acumulados a partir de 2010. Este comportamento das exportações foi semelhante ao da Irlanda e da Espanha e destacou-se do que se verificou Grécia. Em Portugal, a procura interna e a oferta interna estão finalmente alinhadas. Portugal pode dar início à recuperação da actividade económica, através do relançamento do investimento. Entramos assim na terceira fase do ajustamento.

Nesta nova fase, Portugal cumpre para recuperar. Os documentos hoje apresentados têm precisamente este propósito.

A Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado para 2013 assegura o cumprimento da restrição financeira definida no Documento de Estratégia Orçamental.

Contém um conjunto de medidas que permite cumprir o novo limite de 5,5% do PIB para o défice orçamental em 2013. Medidas que na sua maioria concretizam uma redução estrutural da despesa e assim se enquadram na estratégia orçamental de médio prazo. Recordo que o ajustamento orçamental para 4,0% em

2014, 2,5% em 2015 e, finalmente, 1,2% em 2016, implica, respectivamente, medidas com impacto orçamental de 1,7% do PIB em 2014, 0,4% em 2015 e 0,7% em 2016.

A Alteração ao Orçamento do Estado contém também medidas de incentivo ao Investimento, que visam a recuperação da actividade económica. Destaco o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento, catalisador para o investimento privado produtivo. O pacote fiscal ao investimento é um contributo decisivo para o maior dinamismo do tecido empresarial português. É complementado por iniciativas nacionais e europeias destinadas à melhoria das condições de financiamento. Em conjunto, as iniciativas fiscais e financeiras lançadas sinalizam o momento do investimento.

Portugal pode agora orientar-se para o caminho do crescimento sustentado e criador de emprego.

A falta de determinação, a inconstância de propósito, a tentação prematura do poder, a desorientação sectária, a instabilidade política e a incapacidade de reflexão e deliberação política, são factores de risco e incerteza que a democracia portuguesa saberá evitar.

Para crescer, Portugal terá de continuar

a cumprir.

A Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado apresenta as medidas compensatórias necessárias para cumprir o limite para o défice em 2013. Por sua vez, o Documento de Estratégia Orçamental define a restrição financeira que se impõe às Administrações Públicas e o esforço de consolidação orçamental subjacente.

Os documentos hoje apresentados garantem a trajectória de sustentabilidade das finanças públicas. Mais importante ainda, asseguram o cumprimento das obrigações assumidas a nível europeu, em particular as que decorrem do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Pacto Orçamental. Portugal foi um dos primeiros países a ratificar o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança. Com o apoio de todos os partidos do arco da governação, assumiu a responsabilidade de adaptar as normas e os procedimentos orçamentais às exigências da União Económica e Monetária.

Portugal cumpriu e cumprirá para crescer. Para crescer de forma sustentada, para criar emprego e para participar plenamente na área do euro e na União Europeia.

Muito obrigado.





suas facturas porque é isto que - a prazo - permitirá o combate à fraude e à evasão fiscal», o Ministro acrescentou também que «o aumento dos cumpridores é a melhor garantia que os impostos não aumentarão». E concluiu: «Todos os países da OCDE tiveram uma revisão em baixa das suas perspectivas - o nosso próprio caso tem a ver com a conjuntura externa, relativamente às exportações portuguesas».

Sobre a articulação entre o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) e a estratégia para o crescimento, emprego e fomento industrial, o Ministro da Economia e do Emprego afirmou que «o debate entre a consolidação orçamental e o crescimento económico é estéril porque temos de conciliar ambos os aspectos».

«A dívida não é sustentável sem crescimento, nem o crescimento tem sucesso sem o controlo da dívida», explicou Álvaro Santos Pereira, realçando que «a economia portuguesa tem de ser pensada, não só a curto, mas também a médio e a longo prazo».

«O Governo decidiu antecipar as medidas de crescimento para investir, o que é da maior importância para o País. O combate ao desemprego jovem está cada vez mais associado ao financiamento das Pequenas e Médias Empresas (PME), por isto mesmo estamos a negociar com os bancos melhores 'spreads', respondendo às necessidades dos empresários», referiu, concluindo: «O motor do crescimento económico tem de passar muito pelas exportações».- Povo Livre, Lusa e Portal do Governo

Diálogo Parlamentar: perguntas e respostas

«Nesta nova fase de ajustamento, Portugal cumpre para recuperar», acrescentou o Ministro, explicando que «as alterações ao Orçamento do Estado para 2013 têm este objectivo». Sublinhando que «o pacote fiscal ao investimento é decisivo para o tecido empresarial português», Vítor Gaspar referiu ainda que o País «pode agora orientar-se para o caminho do crescimento e do emprego».

«A proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2013 apresenta as medidas necessárias para cumprir as metas deste ano, garantindo a sustentabilidade das finanças públicas e o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal a nível europeu», afirmou o Ministro, lembrando que «nas primeiras fases de ajustamento, o País cumpriu para estabilizar, estabelecendo uma relação de confiança com os nossos credores e negociar melhores condições de pagamento» para além do que «corrigimos também desequilíbrios estruturais que se mantinham há décadas».

Em resposta às perguntas dos deputados, Vítor Gaspar recordou que «nas primeiras fases de execução do programa de assistência económica e financeira resolveu-se um problema dramático de sustentabilidade» onde «o saldo primário teve um ajustamento de mais de 6 p.p. do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2011 e 2012».

Hoje, «a sustentabilidade da dívida está assegurada pela consolidação orçamental e pela estratégia para o crescimento», donde advirá o aumento da competitividade e criação de emprego, explicou o Ministro, acrescentando ainda que «a despesa tem vindo a reduzir-se em 2013 e a receita fiscal líquida cresceu 8% face a 2012, quando as previsões eram de 6%».

«Um País que está sob assistência financeira oficial, se não gerar relações de confiança com os credores, arrisca perturbações financeiras e de pagamentos», afirmou Vítor Gaspar. «Sabemos o que significa a iminência de cessação de pagamentos, vimo-lo em Portugal, e - mais recentemente - na Grécia e em Chipre» pelo que «é inquestionável cumprir o acórdão do Tribunal Constitucional» e «o orçamento rectificativo visa, precisamente, assegurar este cumprimento», referiu.

Realçando que «os contribuintes devem guardar as



Alteração ao Orçamento do Estado

Intervenção do deputado Miguel Frasquilho



Senhora Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhores Deputados, debatemos hoje a proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2013.

No contexto que enfrentamos, é um Orçamento necessário e é, também, o Orçamento possível, que é imposto pelos constrangimentos da situação que estamos a viver.

É necessário porque ele se destina a responder à decisão do Tribunal Constitucional de Abril último, que inviabilizou algumas decisões de corte na despesa que tinham sido programadas pelo Governo, originando a necessidade de apresentação de medidas alternativas, (isto é, não novas medidas, mas antes medidas para substituir as anteriores).

Ao mesmo tempo, destina-se a contemplar a decisão tomada na sétima avaliação regular ao Programa de Assistência Económica e Financeira de flexibilizar as metas orçamentais para 2013 e anos seguintes, em face da deterioração das condições económicas, que levaram à revisão em baixa do cenário previsto para este ano.

Aliás, este aspecto é bem visível nas novas projecções para a receita fiscal, que é revista em baixa de cerca de 1600 milhões de euros, ou quase 1 ponto percentual do PIB.

Mas ao mesmo tempo, Senhores Deputados, não podemos negar que, em face dos tempos que vivemos, este é o Orçamento possível.

Nem por um momento devemos esquecer que desde Maio de 2011 Portugal se encontra nas mãos dos credores internacionais, uma vez que o nosso país viu fechados os tradicionais mercados de financiamento quer da dívida pública, quer da dívida privada. E que, portanto, desde essa altura, quem dita as regras são os nossos credores oficiais.

O Governo português assumiu a responsabilidade de cumprir um Memorando de Entendimento que, hoje já não deixa dúvida a ninguém, foi mal projectado e mal calibrado na sua vertente orçamental. É difícil explicar por que razão a Irlanda, com um problema conjuntural no seu sector financeiro, dispôs de 5 anos, até 2015, para reduzir o seu desequilíbrio orçamental – enquanto Portugal, com sérios problemas estruturais de competitividade e produtividade, bem como desequilíbrios crónicos das contas públicas e externas, dispôs, em Maio de 2011, de um período inferior a 3 anos para reduzir o famoso défice público para 3% do PIB. Aliás, o actual Primeiro-Ministro defendeu, em Maio de 2011, mais um ano para Portugal – e infelizmente não foi então ouvido.

«Foi com esse violento Programa de Ajustamento que tivemos de lidar»

A verdade, porém, é que tivemos o Programa assinado pelo Governo anterior, em 2011 – e foi com esse violento Programa de Ajustamento que tivemos que lidar. Nomeadamente, foi no quadro desse Programa que Portugal, com este Governo, recuperou credibilidade internacional, reganhou gradualmente o acesso aos mercados financeiros, e procedeu (e está a proceder) à transformação estrutural da economia, de modo a poder enfrentar com sucesso quer a Zona Euro, em que se integra, quer a competição, cada vez mais concorrencial e exigente, a nível global. Uma transformação estrutural que envolve vários domínios e áreas, e que devia ter sido levada a cabo há mais de uma década, ainda em período de crescimento económico. Não o soubemos fazer sozinhos, nem na altura mais adequada, nem depois disso – e foi preciso chegar a

Portugal uma Troika estrangeira para nos ditar o que teríamos que fazer.

Pois bem, Senhores Deputados, mesmo com um Programa que, na sua vertente orçamental deixa muito a desejar e era de todo em todo inexecutável, Portugal, conseguiu recuperar a sua credibilidade internacional. O melhor indicador é a redução das taxas de juro da dívida pública, que se encontram já, em todas as maturidades da curva de rendimentos, bem abaixo mesmo dos níveis anteriores ao pedido de ajuda financeira aos nossos parceiros. Sabemos que esta evolução não teria sido possível sem que o Banco Central Europeu tivesse mudado a sua postura e se manifestasse disponível para ajudar os países em dificuldades, mas cumpridores dos respectivos programas de ajustamento (e que pena que essa mudança do BCE não tivesse ocorrido, por exemplo, dois anos mais cedo!...) – mas entendamo-nos: se Portugal não tivesse cumprido com rigor e determinação, mas também com um enorme sacrifício dos Portugueses, o Memorando assinado em Maio de 2011, a ajuda do BCE não teria sido possível – e, portanto, o reganhar da confiança teria ficado comprometido.

Portugal – leia-se, o Governo e, acima de tudo, os Portugueses – têm, portanto, feito tudo o que está ao seu alcance para

que este Programa termine, como inicialmente previsto, em Junho de 2014 (o que, estou certo, acontecerá), e têm também feito tudo para iniciar a recuperação, que todos ansiamos, da economia, do investimento, do dinamismo, para inverter a dramática tendência de agravamento do desemprego. Sim, as reformas estruturais farão o seu caminho e aumentarão o potencial da economia a médio prazo. Mas o curto prazo não pode deixar de ser pensado: precisava, e precisa de atenção. Porque a conjuntura económica a isso obriga.

Neste contexto, deixem-me enumerar, Senhores Deputados, algumas medidas já tomadas e que me parecem importantes para ajudar a melhorar a situação: a criação de uma agência financeira de apoio especializado às PME, com o apoio da Alemanha; a criação de uma linha de apoio às Exportações, até mil milhões de euros; o designado “supercrédito” fiscal, que já se encontra em vigor, e pode proporcionar, para novos investimentos, uma taxa efectiva de IRC muito baixa, de 7.5%; o IVA de caixa para empresas com volume de negócios até 500 mil euros, que reduzirá as dificuldades de tesouraria da esmagadora maioria das PME.

Aqui chegados, Senhores Deputados, quero referir que esta última medida seria bastante mais útil se o volume de negócios para elegibilidade pudesse ser duplicado ou mesmo triplicado – o que, penso, com a anuência da Troika, deve acontecer o mais depressa possível.

Mas vamos ser claros, Senhores Deputados: tudo isto é positivo, tudo isto está a ser implementado, e deve ser

verno, fosse de que cor política fosse, não teria feito nada de muito diferente, mais ou menos aumento de impostos, mais ou menos corte na despesa. Repito: qualquer outro Governo não teria feito nada de muito diferente. Até porque a alternativa... bem, a alternativa seria incomparavelmente pior do que aquilo por que estamos a passar. É, por isso, urgente acabar com a demagogia de defender que outros actores políticos, outras forças políticas, teriam feito diferente. Não teriam, não, senhores deputados, por mais que gritassem – porque os nossos credores têm a faca e o queijo na mão. E defender eleições antecipadas nesta altura é o mesmo que dizer aos Portugueses: preparem-se que vão ter uma nova dose de austeridade como até agora nunca tiveram. Seria irmos direitinhos a um segundo resgate. É, em suma, uma não-opção – pelos danos e dificuldades adicionais que causaria a todos os Portugueses. E é por isso para nós muito difícil de entender que um Partido como o PS defenda este cenário – para mais percebendo claramente o que está em jogo. É de uma total irresponsabilidade.

Mas tudo isto não significa que não chamemos os nossos credores à razão. A Troika tem actuado sempre com atraso – como se diz, atrás do prejuízo ou “behind the curve” – e isso é o que não devia ter acontecido. Porque só tem ajudado a piorar a situação, quer em termos económicos e sociais, quer dificultando o consenso político e com os parceiros sociais.

Portugal precisa, por isso, que as orientações europeias mudem. Sabemos que estamos nas mãos dos nossos credores – mas é mais do que tempo de nos ser dada razão.

voltar a criar emprego.

Sabemos que tudo isto está dependente da vontade da Troika – mas a Troika deve também perceber que, se Portugal beneficiaria de uma mudança de orientações deste género, que deve ocorrer muito rapidamente, não é menos verdade que a Europa também beneficia – e muito!... – se o processo de ajustamento português puder ser apresentado como um caso de sucesso. Porque a Europa precisa de mostrar um caso de ajustamento bem-sucedido nos países do Sul, depois do que aconteceu na Grécia, e é por isso que a Europa aposta – e bem – na determinação de Portugal. Mas é por isso mesmo que defendemos que as orientações europeias têm que mudar, ajustando o quadro actual.

A este propósito, não quero deixar, aliás, de recordar, ao que se sabe e foi publicado, as recentes reflexões que o FMI fez a respeito do ajustamento na Grécia – reflexões essas que bem poderiam ser estendidas a toda a Troika, e à estratégia para lidar com a crise que tem sido prosseguida a nível europeu.

Portugal merece toda a ajuda que lhe possa ser conferida. Quer o Governo, quer os Portugueses, têm feito tudo o que está ao seu alcance. E mesmo que o endividamento público seja reduzido de forma mais lenta, como parece mais sensato, com a ajuda do BCE, e desde que continuemos a cumprir um Programa Orçamental exequível, e portanto credível, então acredito que não teremos problema em nos financiarmos. E teríamos a vantagem de recuperarmos mais rapidamente a economia. Algo que todos desejamos – e de



implementado sem demora mas... penso que não chegará. Que não é suficiente para o que ambicionamos.

A deterioração das condições económicas na Europa e a nível nacional não podem deixar de ser levadas em linha de conta por quem tem a esmagadora maioria da responsabilidade na condução do nosso programa de ajustamento. É aqui que entra a Troika e as orientações europeias.

Como já referi, Portugal tem feito tudo, mas mesmo tudo, para cumprir com as metas orçamentais de um memorando mal desenhado e mal calibrado. Conseguimos – o Governo e, sobretudo, os Portugueses –, com as dificuldades, a exigência e os sacrifícios que são de todos conhecidos, recuperar a credibilidade do País. E, em conjunto com o BCE, Portugal está em pleno processo de regresso aos mercados.

Mas já desde há muito que os Portugueses merecem outra atenção, e outra atitude por parte dos responsáveis políticos europeus. Porque não há povo que, na Europa, e perante as dificuldades que enfrentamos, tenha mostrado a disponibilidade e a cooperação dos Portugueses. Fizemos tudo o que está ao nosso alcance. Fomos até mais longe do que estava previsto no Memorando, para alcançar as metas orçamentais inscritas nesse Memorando. Qualquer outro Go-

lançar austeridade sobre austeridade, como foi imposto pela Troika, não resultou como estava previsto no Memorando. Urge, por isso, alterar o rumo dos acontecimentos. Portugal precisa de mais tempo da parte dos credores. Portugal quer pagar a sua dívida – mas isso só pode acontecer se nos forem dadas condições para isso. Nomeadamente, mais tempo e deixar respirar a economia. Sem gerarmos riqueza, não conseguiremos pagar a nossa dívida. E, Senhores Deputados, nós queremos pagar a nossa dívida!...

A este propósito, convém recordar o padrão de ajustamento que a nossa economia registou, em que o crónico défice externo passou a excedente em apenas 2 anos. Neste ajustamento, as famílias e as empresas ajustaram, mas o Estado mostrou muito mais dificuldades. É por isso que a austeridade deve continuar na esfera pública – sim, Senhores Deputados, deve continuar na esfera pública e em termos estruturais, mas com conta, peso e medida. Mas ao mesmo tempo devemos desagregar fiscalmente, mesmo que de forma progressiva, mas começando já, as empresas e as famílias, para recuperar as expectativas e a confiança, dinamizar a actividade, criar procura, sustentar o investimento (cujo tempo já há muito devia ter chegado) e

que tanto precisamos.

Termino com uma palavra para a Zona Euro: é que não é só Portugal que tem a ganhar com uma mudança de orientação da Europa. Vou mais longe: é o próprio projecto europeu que está em jogo. É da sobrevivência do euro que estamos a falar. Os responsáveis políticos europeus não se podem afastar mais das populações, sob pena de verem alargar os perigosos fenómenos políticos que resultaram dos actos eleitorais na Grécia em 2012 e em Itália em 2013. E de colocar em causa a própria democracia europeia.

O Grupo Parlamentar do PSD tudo fará, como até aqui, para que as orientações europeias possam mudar. E para que, dessa forma, o projecto europeu possa perdurar, como todos desejamos. Para que os países em dificuldades possam modernizar-se e desendividar-se, como todos queremos. Mas para que os ajustamentos resultem...

Lutaremos, com o CDS, nosso parceiro de coligação, com o Governo, e com todos os que se quiserem juntar, para que isso possa acontecer. O esforço de Portugal e dos Portugueses merece ser recompensado – e tem que ser recompensado.

Muito obrigado. – Fonte: Gab. M. Frasq.

Moreira da Silva visitou comunidade lusa nos Estados Unidos e chefiou delegação do PSD no encontro com o PS



Jorge Moreira da Silva, 1º Vice-Presidente e coordenador da CPN, esteve nos dias 9 e 10 nos Estados Unidos visitando e participando, com emigrantes e luso-descendentes, na comemoração do Dia das Comunidades.

No dia 10, manteve reuniões com destacados elementos das Nações Unidas e Governo, sobre desenvolvimento sustentável e outros assuntos ligados à Economia.

Na quinta-feira, Jorge Moreira da Silva tinha chefiado, com o Secretário-Geral, Matos Rosa a delegação do PSD que reuniu com uma delegação do PS.

Jorge Moreira da Silva, no final da reunião foi interrogado confrontado pelos jornalistas sobre o teor de um documento do Fundo Monetário Internacional (FMI) em que assumia erros no que respeita à estratégia que adoptou em relação à Grécia.

O coordenador da Comissão Política do PSD não se referiu à actuação do FMI nos países sob assistência financeira, mas pronunciou-se sobre a dose de austeridade aplicada em Portugal desde 2011 no âmbito do memorando da 'troika' (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia).

"A dose de austeridade desenhada pelo Governo do PS [no memorando da 'troika'] era muito superior àquela que o actual Governo tem concretizado. Pelo contrário, em duas negociações com a 'troika', este Governo conseguiu estender por dois anos metas orçamentais que tinham um prazo previsto apenas para três anos", sustentou o primeiro vice-presidente dos sociais-democratas.

Confrontado com a intenção referida pelo primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, de ir além do memorando da 'troika', Jorge Moreira da Silva precisou o teor dessa declaração proferida, mas frisando que o "nunca disse que queria ir além do memorando de entendimento [no cumprimento] nas metas orçamentais".

Na verdade, o Governo ficou aquém do memorando de entendimento nas metas orçamentais, conseguiu ganhar dois anos adicionais para o cumprimento do défice, evitando que os portugueses fossem mais penalizados em função da recessão na União Europeia. O Governo pretendeu ir além da 'troika' no que respeita às reformas estruturais, porque essas reformas são importantes para aumentar a competitividade do país e para valorizar os recursos humanos e o território", reafirmou.

Sobre a actuação do FMI na Grécia, Jorge Moreira da Silva apenas disse que o PSD entende que "a estratégia de cumprimento é importante para baixar os riscos inerentes à dívida e ao défice".

"É importante que Portugal tenha contas equilibradas para poder libertar recursos para a economia e para conquistar uma total liberdade de escolha política. A estratégia de cumprimento é a única que permite a Portugal explorar a flexibilidade do memorando de entendimento e o Governo, nas sucessivas avaliações, tem conseguido essa

flexibilidade", defendeu.

De acordo com Jorge Moreira da Silva, na sequência das avaliações a Portugal, o Governo já conseguiu baixar os juros "em 800 milhões de euros".

"Ao mesmo tempo alongou em dois anos as metas do défice, para não penalizar tanto os portugueses, assim como dentro em breve deverão ser alongados os prazos de pagamento da dívida para melhorar as condições de financiamento da economia", acrescentou.

Moreira da Silva disse ainda aos jornalistas que o PSD considerou que o PS abdicou a meio da presente legislatura de apresentar propostas construtivas e de procurar compromissos, limitando-se a pedir eleições, e que a vontade de abertura está mais do lado dos sociais-democratas.

Confrontado com a declaração feita momentos antes pelo dirigente socialista Alberto Martins, considerando que as divergências com o PSD são insanáveis, Jorge Moreira da Silva contrapôs: "Por responsabilidade própria, infelizmente o PS assumiu uma opção que dificulta a capacidade de compromisso e de entendimento".

"Estamos a meio da legislatura e o PS pretende ter eleições, prescindiu de apresentar propostas no sentido de criar condições para o compromisso e de assumir uma postura de abertura. Pura e simplesmente, o PS optou por dizer que a única solução é um ato eleitoral. Do ponto de vista do PSD, isso é assumir uma visão irresponsável, porque o que se pede aos partidos e aos políticos é que assumam abertura e que tenham uma posição realista no diagnóstico da situação do país", contrapôs o dirigente

social-democrata.

Jorge Moreira da Silva defendeu que o País precisa de posições realistas e advogou que na reunião foi possível verificar que "a vontade de abertura está mais do lado do PSD do que do lado do PS".

"Nesta reunião, o PSD procurou identificar cinco matérias em que houvesse condições para um diálogo mais aprofundado, casos do equilíbrio orçamental (de curto, médio ou longo prazo), estratégia de investimento selectivo, aprofundamento do projecto político europeu, reforma do Estado e fiscalidade. Mas o PS repetiu nesta reunião que apenas pretende eleições, desistindo das respostas aos problemas. O PSD não desistirá de pedir ao PS que coloque o interesse nacional acima do partidário", salientou.

Neste contexto, Jorge Moreira da Silva disse mesmo ter sido "frustrante" o facto de não ter sido possível obter do PS uma resposta quanto à sua posição sobre a limitação temporal do memorando de entendimento.

"Questionámos o PS se pretendia cumprir as metas orçamentais ou não e, cumprindo as metas orçamentais, se a via deveria ser pela redução da despesa ou por aumento de impostos; ou se, pura e simplesmente, o PS entende não se cumprir metas orçamentais e, nesse caso, se assume de forma explícita (e não implícita) a vontade de segundo resgate. Questionei o PS sobre a sua opção, mas não obtive uma resposta cabal sobre esta matéria. Continuaremos a fazer esta pergunta, porque os portugueses devem perceber qual a estratégia de cada partido", disse.

Sobre a ausência de Pedro Passos Coelho na reunião com a direcção, Jorge Moreira da Silva lembrou que o PSD, no seu último congresso, tomou a opção de autonomizar cada vez mais Partido e Governo.

"No último congresso, fui mandatado para coordenação permanente da actividade do Partido, razão pela qual presido às comissões permanentes do PSD. O PSD recebeu o PS da mesma forma que tem recebido as centrais sindicais, as associações patronais ou líderes partidários estrangeiros", afirmou o Vice-presidente social-democrata.

Jorge Moreira da Silva adiantou ainda que, entre o PS e o Governo, "há uma dimensão de diálogo que tem sido assumida pelo primeiro-ministro".

"Desde o último congresso que há uma opção do PSD por ter uma coordenação política do partido que é responsável pela condução do PSD no dia-a-dia, sem prejuízo do papel fundamental que o presidente [Pedro Passos Coelho] tem quando preside às comissões políticas nacionais", acrescentou.



Marco António Costa presidiu à cerimónia da apresentação do candidato autárquico do PSD à Câmara Municipal do Sardoal



Miguel Borges, candidato social-democrata à Câmara Municipal do Sardoal, assegurou este Domingo, dia 9 de Junho, que as potencialidades do concelho continuarão a ser aproveitadas. "Sardoal é uma vila com um grande potencial. Um grande potencial em

termos de floresta, um grande potencial também em termos turísticos e é por aqui que serão as nossas linhas. É por aqui que vamos garantir que os sardoalenses continuarão a ter qualidade de vida", disse.

Ainda na apresentação pública da sua candidatura, Miguel Borges referiu quais os princípios que compõem o seu projecto político, cujo lema é "Uma confiança no futuro". "Princípios de rigor, imparcialidade, competência e muito trabalho. Estes princípios aliados à verdade, referência e honestidade são a nossa mais-valia", afirmou.

Marco António Costa, vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, participou neste momento simbólico para todos os sardoalenses e realçou a sua confiança nesta aposta social-democrata. "Esta candidatura representa uma candidatura que está para além deste partido e que, acima de tudo, simboliza o gosto, o amor e o empenho de Miguel Borges por uma comunidade", destacou.



Ricardo Rio apresentou oficialmente a candidatura à Presidência da Câmara de Braga



«Há muitos, muitos anos, num dos muitos percursos que desde o berço percorro pelas calçadas (então intactas) das ruas da minha cidade, terei firmado a convicção de que chegaria o dia em que colocaria o melhor de mim ao serviço da minha terra e de suas gentes, numa lógica de serviço aos outros e à causa pública que sempre bebi daqueles que me são mais próximos.

"Assumir responsabilidades autárquicas em Braga, cidade do meu coração, é poderá quase dizer-se, um "sonho de menino", a que o tempo ajudou a conferir robustez e realismo, sem desvirtuar a convicção, os princípios e o idealismo do primeiro impulso.

Por isso mesmo, se o menino já lá vai, o sonho continua vivo."

/.../ "É por tudo isto, por todos e por Braga que sou, com enorme honra e orgulho pela confiança em mim depositada, Candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga nas Eleições Autárquicas do presente ano."

Como puderam constatar na breve nota introdutória que me antecedeu, há já mais de uma década que me empenho de forma activa na vida política Bracarense, no exercício de cargos autárquicos que muito me honraram e em cujo mandato procurei colocar o foco no serviço a todos os Bracarenses."

/.../ Lembrou que ao longo de muitos anos de luta política e de contacto íntimo com os cidadãos, "...serei hoje melhor Presidente de Câmara do que seria caso tivesse sido eleito em 2005 ou 2009. E, com toda a humildade e consciente da melhoria contínua que todos fazemos, reconheço-o perante Vós: em termos dos atributos que se exigem a um Autarca deste Tempo Novo, eu ga-

nhei, com o tempo que Braga perdeu. E Braga continua a perder. A perder tempo e a perder oportunidades.

/.../ afirmou que "...é tempo de virar a página e de iniciar um novo ciclo que se traduza de facto, numa nova forma de gerir a Câmara Municipal de Braga, de responder aos anseios das populações, de se relacionar com as instituições e de construir, com todos, um verdadeiro projecto de futuro. É também por isso que cá estamos hoje."

Afirmou que recebe quotidianamente, dezenas de pedidos, que são os mesmos: "...devolva Braga aos Bracarenses. Que faça desta uma cidade de homens e mulheres livres, sem medo, que sintam na Câmara Municipal de Braga um agente que está lá disponível para os apoiar na concretização dos seus projectos, para os auxiliar quando tiverem que enfrentar dificuldades, para os estimular quando quiserem dar asas à ambição de ousar algo diferente e maior."

/.../ Citou demoradamente os diferentes aspectos da autarquia, que necessitam desesperadamente de mudança para melhor e fez o elogio

dos colaboradores que estão com a coligação e o acompanharão e terminou, afirmando:

/.../ Acredito que Braga tem uma alma. É esta alma que nos dará a força e a determinação para fazermos o que temos a fazer.

Podem contar comigo e com a minha equipa. Pessoas válidas, competentes, com ideias e com projectos, que vivem e sentem Braga e não se conformam com o que este Concelho se transformou, sabendo no que se poderá tornar.

E eu conto com todos vós, mulheres e homens de Braga, cidadãos livres a quem é dada agora a responsabilidade da mudança.

Em conjunto, construiremos um Concelho melhor, mais forte e mais unido, que nos deixe, a nós e às gerações vindouras, orgulhosas do nosso

Dilma Rousseff em Portugal para uma breve visita, esteve em Lisboa e encontrou-se com Cavaco e Passos



A Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, esteve na segunda-feira em Lisboa, onde presidiu a cerimónia de entrega do Prémio Camões a Mia Couto, no Palácio de Queluz. Esta sua segunda visita oficial a Portugal, coincidiu com o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Fota do calendário oficial, recebeu o Secretário-Geral do PS.. Dilma Rousseff manteve breves reuniões de trabalho, com o Presidente da República, Cavaco Silva, e com o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, respectivamente às 17 e 15 e 18 e 30.

O Presidente Cavaco Silva, ofereceu um jantar de Estado à Presidente do Bra-

sil, antes desta seguir, ao fim da noite de regresso ao Brasil.

Ainda à margem do programa oficial, a presidente do Brasil recebeu pela manhã, o antigo Presidente da República Mário Soares, e efectuou, de seguida, uma visita à Casa do Brasil em Lisboa. A primeira viagem da Presidente do Brasil a Portugal aconteceu em Março de 2011, numa visita oficial de três dias que foi encurtada devido ao falecimento do ex-Vice-Presidente brasileiro, José Alencar. Na ocasião, Dilma Rousseff assistiu à cerimónia de atribuição do doutoramento "honoris causa" ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Universidade de Coimbra, mas acabou por

cancelar os encontros com o Presidente Cavaco Silva, com o primeiro-ministro demissionário José Sócrates, e com o então presidente do parlamento, Jaime Gama.

Dilma esteve em Portugal, também em Junho de 2010, enquanto candidata à Presidência do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no âmbito de uma visita à Europa. Lusa

Nilza de Sena na apresentação do candidato do PSD à autarquia de Vila Viçosa



Nilza de Sena, vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD, participou na iniciativa de apresentação do candidato da coligação PSD-CDS/PP a Vila Viçosa e assegurou que, com Paulo Rondão, um novo rumo surgirá neste concelho, rompendo com as políticas socialistas que actualmente lideram o município. "Sei que este projecto está a construir, com pessoas descomprometidas, um futuro para Vila Viçosa diferente daquele que tivemos até agora".

Paulo Rondão começou por agradecer a presença de todos e referiu que o gene da social-democracia portuguesa manifesta-se nos princípios desta candidatura. "A nossa candidatura marca a diferença: temos uma equipa. Não temos nenhum iluminado. Somos transparentes, somos democratas. Não prometemos o que não podemos cumprir".

Ângelo Consulado, candidato à Assembleia Municipal e Domingos Doutel, em representação do CDS-PP também marcaram presença. Os candidatos às Juntas de Freguesia do concelho de Vila Viçosa foram também apresentados. "Uma certeza, Vila Viçosa" é o lema da coligação. Esta apresentação decorreu dia 9 de Junho.

Um mandato da estabilidade, do reformismo e do futuro de Portugal

“Fez ontem dois anos que os portugueses escolheram um novo Governo. Mas antes do dia 5 de Junho de 2011, tivemos o dia 6 de Abril de 2011. Foi o dia em que o então Primeiro-Ministro, José Sócrates, anunciou ao País que tinha endereçado à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira, para que Portugal acorresse a necessidades graves e urgentes de financiamento, que o salvasse ‘in extremis’ da bancarrota. Necessidades tão graves e tão urgentes como, por exemplo, ter dinheiro para pagar ordenados e pensões do Estado nos meses seguintes, ou para manter em funcionamento os nossos hospitais, as nossas escolas, as nossas polícias”. Foram estas as primeiras palavras de Luís Montenegro numa declaração política, em nome do PSD,

espoliado da sua soberania, um País de mão estendida, desmoralizado, salvo da bancarrota no último minuto e a braços com um duríssimo programa de ajustamento – negociado pelo governo socialista. Foi assim que chegámos ao dia 5 de Junho de 2011 e que os Portugueses decidiram de forma livre e democrática que queriam mudar de vida, mudar de maioria, mudar de governo, mudar de política. E escolheram o Partido Social Democrata para liderar essa transformação. É esse mandato que terminará em 2015 que estamos a cumprir”.

Decorridos dois anos, Luís Montenegro enfatizou que o PSD não ignora o quão duro tem sido o caminho feito até aqui e quão exigente tem sido o enorme esforço de ajustamento e de correcção de desequilíbrios.

biénio 2011-2012; regresso aos mercados antecipado, com duas emissões de dívida consideradas um sucesso; redução sustentada dos juros da dívida soberana em mercado e poupança de 800 milhões de euros na renegociação dos juros do empréstimo da troika; flexibilização das metas do défice por duas vezes; cortes nas rendas excessivas do sector energético; saldo externo positivo de Portugal pela primeira vez em 18 anos; renegociação das PPP rodoviárias; na saúde, acordos inéditos com indústria farmacêutica, médicos e sindicatos, com poupanças significativas com política do medicamento e promoção dos genéricos; foram poupados centenas de milhões de euros para o SNS e para os utentes; registou-se o alargamento da isenção das taxas moderadoras a mais de

Empresas), Saúde, Economia (Flexibilização do mercado de Trabalho, reforma do IRC, Revitalizar), Ordenamento do Território (Lei do Arrendamento Urbano), etc; moralização e transparência na Administração Pública, passando o recrutamento de cargos dirigentes a ser feito por concurso supervisionado por uma entidade independente, a que se junta a diminuição de cargos dirigentes e a contenção salarial de gestores públicos; uma nova política de diplomacia económica e de incentivos que tem favorecido o aumento das exportações, em especial no espaço não europeu; o apoio às empresas, com medidas como o PAEL e mais recentemente o IVA de Caixa e o estímulo ao Investimento com as medidas fiscais que hoje mesmo discutiremos neste parlamento”.



quando passam dois anos das eleições que deram a maioria ao PSD.

O líder parlamentar da bancada do PSD recordou que, antes desse dia, tivemos outros dias. “Foram os dias da ‘grande festa’ da governação socialista, que se prolongou durante demasiado tempo, somando aos desequilíbrios de décadas novos desequilíbrios, acrescentando dívida à dívida, adicionando défice ao défice. Uma governação que gastou o que tinha e o que não tinha, lançando obras de muitos milhões mas de utilidade mais do que discutível, firmando contratos em nome do Estado sem acautelar os interesses dos contribuintes e das gerações vindouras. Tudo em nome de um crescimento que nunca aconteceu e da criação de empregos que nunca se concretizou, antes pelo contrário”.

No entender do presidente do grupo parlamentar, foi assim que chegámos ao dia 5 de Junho de 2011. “Com um País

“Temos, por isso, um enorme respeito pelos sacrifícios dos Portugueses: pelos Portugueses que trabalham, pelos Portugueses que perderam os seus empregos, pelos Portugueses que já trabalharam e que agora se encontram reformados e pelos jovens Portugueses que procuram a sua oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. E de uma coisa podem ter a certeza: para nós, um desempregado não é, nem nunca será, apenas um número e muito menos um mero instrumento de combate político. Para nós, cada desempregado é uma pessoa, é um caso particular cujo problema nós temos, colectivamente, a responsabilidade de resolver. E é para isso que trabalham esta maioria e este Governo”.

Em seguida, o parlamentar elencou várias das medidas já tomadas pelo Governo e que muitos teimam em ignorar: “Um corte, sem precedentes, da despesa primária em 13,4 mil milhões de euros no

um milhão de pessoas (são agora mais de 5 milhões de pessoas isentas); foi efectuado o pagamento das dívidas a fornecedores (superiores a 1,5 mil milhões de euros). Portugal foi, em 2012, o país da União Europeia que teve a melhor execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Programa de Emergência Social: criação de majoração de 10% dos subsídios de desemprego para casais desempregados, tarifas sociais de transportes e energia, rede solidariedade de cantinas sociais, banco de medicamentos, acordo com IPSS; descongelamento das pensões mínimas (congeladas pelo governo anterior) e protecção dos rendimentos mais baixos. E ainda: o mais amplo programa de reformas estruturais de sempre: Administração Central (SEE, PREMAC, Lei dos Compromissos, reforma do Poder Local); Justiça (Novo Mapa judiciário, reforma dos códigos Civil, Penal e do Processo Penal, Insolvência e Recuperação de

A terminar, Luís Montenegro admitiu que o PSD reconhece que estes dois anos não foram fáceis para ninguém. Nem para os Portugueses nem para quem tem a responsabilidade de governar o País. “Mas acreditamos que temos razões para confiar no caminho que está a ser percorrido. Estamos determinados em garantir que os sacrifícios que estão a ser feitos pelos Portugueses não serão jogados por terra, agora que a maior parte do ajustamento já foi feito. Esse é um compromisso que queremos renovar aqui e agora. Há uns que querem eleições porque só estão a pensar neles próprios. Querem aproveitar a todo o custo a insatisfação do momento. Nós mantemo-nos do lado da estabilidade, do reformismo, da perseverança e do futuro de Portugal”.

Bom Jesus é património religioso e ambiental único no mundo



Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga”, visitou o santuário do Bom Jesus do Monte, acompanhado pelo Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortega, e por Mário Paulo Pereira, presidente da Sociedade de Hotéis do Bom Jesus.

A visita teve como principais objetivos perceber as necessidades actuais do Bom Jesus, cuja candidatura a património mundial da UNESCO está a decorrer, e de que forma a autarquia pode contribuir para melhorar as condições do espaço e atrair mais turistas para o visitar.

Segundo Ricardo Rio, o Bom Jesus é um dos maiores activos a todos os títulos não só do concelho de Braga, mas também do país e do mundo. “Trata-se de um vastíssimo património religioso de que Braga tem a sorte de dispor, mas é ainda um espaço ambientalmente fantástico, um verdadeiro pulmão da cidade e Braga”, salientou.

De acordo com o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga, este é um local que se deseja que consiga atrair cada vez mais visitantes: “E não falo apenas de turistas, mas também dos próprios bracarenses, que muitas vezes desconhecem a riqueza do próprio património”.

Para Ricardo Rio, é importante que se estabeleça com a Confraria do Bom Jesus, responsável pela conservação do espaço, com os responsáveis dos Hotéis do Bom Jesus e com a diocese no seu todo uma parceria ativa que permita a realização nesta instância de iniciativas de carácter cultural, desportivo ou de sensibilização ambiental. “A existência de uma componente animação traria por certo outra vida a este espaço. Isto teria de ser feito, claro está, sem pôr em risco o património existente nem a componente mais religiosa deste santuário”, sublinhou, garantido que se justifica que a Câmara Municipal participe de forma mais ativa na preservação e valorização do Bom Jesus.

Turismo religioso tem condições para crescer

Por seu turno, D. Jorge Ortega declarou que há ainda um grande trabalho para realizar no Bom Jesus. “Temos diante de nós a candidatura a Património Mundial, que é pura e simplesmente uma ferramenta para podermos dar a conhecer este Santuário que considero único no mundo, tanto na sua dimensão religiosa, patrimonial e arquitetónica como do ponto de vista ambiental, com espaços verdes que são de uma riqueza impar e que precisam também de ser devidamente tratados

para poderem estar ao serviço do bem comum”, adiantou.

O Arcebispo de Braga notou que, apesar das obras recentes a que o espaço foi sujeito, o templo, as capelas e também o próprio escadório têm necessidade de ser restaurados. “As obras são feitas aos poucos, de acordo com as verbas que temos disponíveis e sempre colocando a qualidade na preservação do monumento como prioridade. Preferimos fazer pouco e bem do que muito e mal”, reforçou.

Na opinião de D. Jorge Ortega, o turismo religioso tem todas as condições para crescer e deve ser melhor aproveitado em Braga, não se podendo limitar somente a algumas festas ocasionais. “É preciso saber aproveitar aquilo que temos e fazer com que, no caso específico do Bom

Jesus, as pessoas fiquem mais tempo e possam contemplar as maravilhas deste Santuário. Seria interessantíssimo que isso acontecesse”, finalizou.

Já Mário Paulo Pereira abordou de forma mais concreta a questão do turismo, evidenciando que interessa projetar a instância do Bom Jesus para fora, colocando-a nos roteiros mais variados roteiros turísticos e promovendo a imagem do Bom Jesus como a imagem mais forte de Braga. “Depois, é preciso complementar esse trabalho com uma agenda cultural muito rica que permita que não tenhamos apenas passantes e excursionistas, mas sim turistas, que fiquem, pernoitem e visitem a cidade inteira”, considerou.

Como o Presidente da Sociedade de Hotéis do Bom Jesus fez questão de referir, o Bom Jesus recebeu, no ano passado, cerca de um milhão e cem mil passantes. “Apesar de este ser um número de grande relevo, a verdade é que o tempo médio de estadia é muito curto. Precisamos de uma programação cultural dentro da própria cidade de Braga, cujo corolário natural seja a visita histórica a este espaço, e é fundamental ainda a criação de percursos pedonais para ciclistas, para a prática de desporto, para a visualização de fauna e flora, etc”, afirmou, ressaltando que dessa forma é possível fazer os turistas ficar durante “três dias, uma ou até duas e três semanas”.

Mário Paulo Pereira referiu-se, ainda, aos problemas de segurança que se fazem sentir no santuário e pediu uma maior vigilância e atenção por parte das autoridades. “A iluminação desliga muito cedo, principalmente no verão, que é quando as pessoas frequentam a instância até horas tardias”, concluiu.



PSD/Açores quer consenso contra a privatização da EDA

O presidente do PSD/Açores garante que o seu partido não dará qualquer apoio à privatização da Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) defendendo “não ser desejável a quebra de um consenso que tem sido generalizado entre os partidos políticos, os trabalhadores da empresa e os açorianos de que a empresa deve ter capitais maioritariamente públicos”.

Duarte Freitas, que prestava em declarações à comunicação social, no final de uma reunião com a Comissão de Trabalhadores da EDA recordou que as especificidades da Região aconselham, precisamente, a que a EDA seja uma empresa maioritariamente pública: “os Açores são nove ilhas com nove sistemas de produção muito frágeis, com uma economia também frágil que não pode deixar de ter segurança no abastecimento de um bem público como a energia eléctrica”.

O líder dos sociais-democratas açorianos estranhou, ainda que o Partido Socialista e o governo regional aparentem estar a preparar-se para quebrar o consenso regional que existe em torno da não privatização da maioria do capital social da EDA:

“Entendia-se que existia um consenso, até unanimidade, pelo menos entre os partidos parlamentares, no sentido de não se proceder a mais nenhuma privatização da



EDA, mas parece que da parte do partido do governo regional há uma reflexão sobre se será bem assim”.

Esta postura, segundo o presidente do

PSD/Açores, contraria claramente o que foi dito quer na campanha para as legislativas regionais, quer já durante o debate do Programa do Governo. Nesse documento é dito

que é o caso da EDA”.

“No programa do Governo isto é tão evidente que só falta mesmo um desenho”, disse Duarte Freitas confessando, por isso, ter ficado “estupefacto” quando ouviu um deputado do PS/Açores dizer que “afinal não há, por parte dos socialistas, uma posição contra nem a favor dessa privatização”.

De acordo com Duarte Freitas, “toda a gente já percebeu que há aqui muito mais coisas escondidas do que aquilo que para já é óbvio” pelo que, aparentemente, “o PSD/Açores, os outros partidos políticos, os trabalhadores, os sindicatos, os açorianos devem ficar preocupados com a eventual quebra deste consenso ou até unanimidade que havia na região quanto à não privatização da EDA”.

Para o presidente do PSD/Açores é, por isso, de aguardar que haja uma clarificação destas posições em breve, nomeadamente quando o partido apresentar no parlamento uma resolução em que recomenda ao governo regional que não privatize mais capital da EDA.

“claramente que o governo não iria privatizar empresas produtoras de bens públicos, como é o caso da energia eléctrica, e que não iria privatizar empresas estratégicas,

PSD/Açores pede explicações sobre apoios irregulares no PROMEDIA

O PSD/Açores pediu informações ao governo regional sobre uma denúncia, apresentada durante as audições parlamentares dedicadas à análise do PROMEDIA III, de que o governo teria atribuído um apoio de 250 mil euros a uma empresa de comunicação social apesar do parecer negativo atribuído pela comissão de análise.

Em requerimento, os deputados do PSD/Açores José Andrade e Joaquim Machado recordam que “o rigor e a transparência devem ser apanágio da actividade do governo em todos os sectores”, pelo que “merece devido esclarecimento oficial a denúncia recentemente efectuada e reafirmada pelo próprio representante das rádios para a comissão de análise de candidaturas ao PROMEDIA relativamente a verbas significativas que foram concedidas pelo governo a operadores de radiodifusão no âmbito do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada da Região Autónoma dos Açores”.

De facto, os parlamentares recordam que na edição do jornal Açoriano Oriental de 17 de Maio de 2013, o proprietário da Rádio Atlântida “denuncia que já foram atribuídos subsídios a duas rádios em São Jorge e nas Flores, no valor de 250 mil euros, sem que tenha sido fiscalizado o destino que foi dado a esse dinheiro”.

“Depois, na reunião da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 3 de Junho de 2013, esse proprietário, como representante da Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) e da Associação de Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) para a comissão de análise de candidaturas ao PROMEDIA, reafirma a denúncia: ‘Uma rádio das Flores e São Jorge candidatou-se ao PROMEDIA para aquisição de equipamentos; a Comissão deu parecer desfavorável



por aparente irregularidade mas o Governo Regional atribuiu o apoio; receberam 250.000€ em três anos para um suposto investimento de 500 mil euros”, adiantam os parlamentares.

Assim, lê-se no requerimento, “importa, portanto, esclarecer oficialmente se os referidos apoios foram efectivamente atribuídos à revelia da comissão legalmente instituída para o efeito – instituída, aliás, por iniciativa do próprio governo – tanto mais que somos confrontados com versões contraditórias por parte da rádio denunciadora e das rádios denunciadas”.

Assim, os deputados do PSD/Açores questionam se “o governo regional confirma ter atribuído – como e porquê – apoios financeiros a um ou mais operadores de radiodifusão das frequências locais dos concelhos de Calheta de São Jorge e Santa Cruz das Flores ao abrigo do PROMEDIA, contrariando o parecer desfavorável expressamente emitido pela respectiva Comissão de Análise de Candidaturas”.



POVO LIVRE

Director: José Silva Marques ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 413 • 23 de Junho de 1982 • Preço 15\$00

MENÉRES PIMENTEL DECLAROU GUERRA À BUROCRACIA

O combate à burocracia, o principal elemento de resistência à mudança, está a ser dirigido pelo Ministério da Reforma Administrativa. Menéres Pimentel conhece os efeitos da burocracia, essa recusa do tempo, o conservantismo opressivo que tende para o parasitismo, para a constituição de uma grande máquina impessoal onde, no fim de contas, não se sabe quem decide. Por isso lhe declarou guerra — uma guerra de que a recente posse dos directores-gerais do Ministério e a aprovação da sua lei orgânica são apenas pequenas etapas.

O Ministério da Reforma Administrativa é o departamento central da Administração Pública encarregado de promover e coordenar a execução das medidas de Reforma Administrativa contempladas no programa de governo e, ao mesmo tempo, por força de disposições legais dispersas por vários diplomas tem de intervir como coordenador da aplicação das leis relativas à organização e funcionamento dos serviços e ao regime jurídico da Função Pública.

A nova lei orgânica deste ministério, publicada simultaneamente com um conjunto de diplomas da maior importância para a função pública, procura reflectir a natureza específica dos dois referidos grupos de atribuições.

Característica operativas

O primeiro lugar, o Ministério disporá de órgãos ou serviços de apoio consultivo, técnico e administrativo, além de características operativas.

Nos de consulta destaca-se, pela sua importância, o Conselho Superior que se destina a propor-

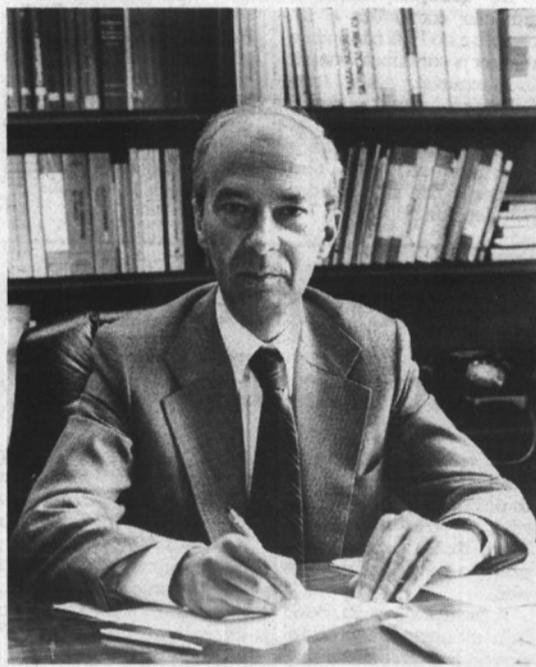
cionar a participação dos cidadãos e da Administração Pública na Reforma Administrativa. Este conselho tem como objectivos, designadamente, a recolha da informação sobre carências do sistema administrativo e definição e acompanhamento das políticas globais e sectoriais da reforma e seu aperfeiçoamento.

Existem, agora as maiores esperanças para que, pela primeira vez em Portugal, se consiga fazer funcionar uma estrutura capaz de informar sistematicamente sobre as carências do novo sistema, propondo políticas de reforma, capazes de romper com o conservantismo.

Nos órgãos de apoio técnico destaca o Gabinete de Estudos e o Centro de Informação científica e técnica.

O gabinete é um serviço de estudo, planeamento, coordenação e gestão de programas e projectos de reforma administrativa, competindo-lhe, além do mais, acompanhar e participar nos estudos de adaptação das normas reguladoras da Administração Pública ao direito comunitário.

Continua na pág. 3



Luís Morales na reunião da O.I.T. em Genebra

GOVERNO PORTUGUÊS RECUSA AUTORITARISMO PATERNALISTA

O ministro do Trabalho, Luís Morales, participou como representante de Portugal na reunião da Organização Internacional do Trabalho, OIT, que decorreu em Genebra, reunião que também contou com a presença de João Paulo II.

Na sua intervenção, Luís Morales, afirmou que "O emprego, a grande questão social dos nossos dias, é uma condicionante suficientemente ampla e importante para concitar um diálogo mais marcado por consensos do que por conflitos".

"Nesse denominador comum, pode achar-se um campo de superação de barreiras ideológicas que, noutras áreas, conduzem ao extremar de campos e ao levantar de barreiras por vezes intransponíveis".

Neste sentido, adiantou Luís Morales, "é indispensável que o relacionamento entre parceiros, em termos de protagonismo social, ultrapasse a face pontual; na maior parte dos casos tendo génese em situações de conflito, para assumir-se como entidade dialogante permanente, na construção de um futuro que é de todos nós".

O discurso do titular da pasta do trabalho salientou, em especial, a questão do emprego, com in-

cidência "para aquele grupo — o dos jovens — perante o qual, nós os responsáveis de hoje, temos obrigações históricas que apontam no sentido de que o contributo da nossa geração seja o de trabalhar para melhorar o mundo que encontramos e ajudar a superar os problemas que enchem o nosso quotidiano".

Salientando que "o Governo recusa o autoritarismo paternalista", Luís Morales adiantou-se que "tal princípio é decorrência lógica dos valores do regime democrático que o governo da Aliança Democrática preserva e deseja ver robustecidos, pelo que se entende ser também a política de administração do trabalho um elemento da democratização responsável da sociedade portuguesa, desenvolvendo-se por isso no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos intervenientes no processo social".

Continua na pág. 3

SOCIAIS DEMOCRATAS VENCERAM ELEIÇÕES NOS SEGUROS MUNDIAL CONFIANÇA

Os trabalhadores sociais democratas alcançaram mais uma vitória na área laboral em eleições realizadas no passado dia 8 para a Comissão de Trabalhadores da Companhia de Seguros Mundial Confiança.

Concorreram quatro listas que obtiveram os seguintes resultados:

- Lista A — 378 votos — apoiada pelos sociais democratas
- Lista B — 321 votos — afecta ao PS
- Lista C — 208 votos — ligada ao PC
- Lista D — 131 votos — ligada ao PC

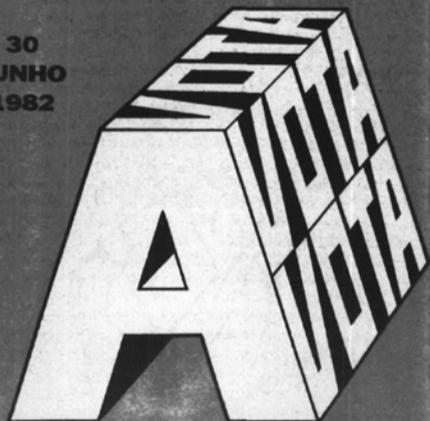
De salientar a existência de duas listas promovidas pelo PC, uma no Norte e outra em Lisboa, facto revelador de focos de divisão no seio dos comunistas.

DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO FOI PROVOCADA POR RAZÕES INTERNACIONAIS

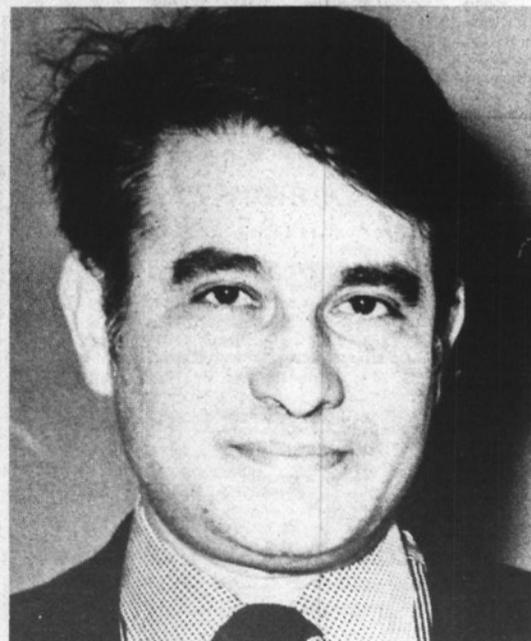
(PÁG. 2)

POR UM SINDICALISMO REFORMISTA PELA DIGNIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DOCENTE

30 JUNHO 1982



SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA NORTE





O “cocktail”

Vasco Graça Moura (*)

A divulgação do estudo encomendado a Augusto Mateus pela Fundação Francisco Soares dos Santos sobre os resultados, positivos e negativos, dos primeiros 25 anos de aplicação dos fundos europeus no nosso país, deveria começar por nos recordar que a Europa era a única saída que se apresentava a Portugal após a descolonização e uma vez promovida a democratização do regime. De resto, isso foi imediatamente sentido pelos partidos moderados, cuja liderança procurou acelerar a criação das condições indispensáveis para a nossa adesão. E não parece que as condições dessa adesão tenham sido propriamente mal negociadas. Tanto para Portugal como para Espanha, a entrada na CEE em 1986 foi um êxito e cedo começou a revelar-se como tal. O que se passa depois corresponde a uma evolução complexa, em que há factores exógenos e endógenos numa geometria variável e em que certamente haverá que ter em conta a extensão do período considerado.

Mesmo dando de barato que aos fundos europeus se juntaram fundos nacionais em medida significativa, não será exagerado dizer que Portugal, com a sua entrada na Europa comunitária, conheceu um período de desenvolvimento e prosperidade sem precedentes e toda a gente, ou quase toda a gente, que viveu essa época tem decerto elementos colhidos da simples experiência pessoal para saber claramente que foi assim. É o próprio autor do estudo quem reconhece que o sucesso se prolongou até finais dos anos 90.

O desenvolvimento de Portugal foi globalmente muito importante, fizeram-se progressos notáveis em muitas áreas em que o país estava altamente carenciado e houve transformações profundas que foram positivas e percebidas como tal. Pode dizer-se que Portugal entrou com uma boa fatia do dinheiro investido. É verdade. Mas, sem a combinação dessas duas fontes de financiamento, a europeia e a portuguesa, as coisas não teriam podido ser assim. E pode dizer-se igualmente que houve erros e aspectos menos favoráveis, como corrupção e negociações. Também é verdade que houve esses problemas. Mas os pratos da balança não ficaram negativamente desequilibrados por causa disso.

Agora, está-se a apreciar um período de tempo correspondente a um quarto de século. Há questões estruturais que não tiveram solução, políticas de fundo que não chegaram a ser desencadeadas e vicissitudes de toda a ordem que permitem compreender muitas das dificuldades actuais.

Seria um exercício interessante estabelecer agora, a partir do estudo de Augusto Mateus, não apenas o que estava errado ‘ab initio’, supondo que alguma coisa o estava, mas ainda uma espécie de calendário hipotético para o que não chegou a ser feito, concluindo-se a partir de que momento é que estavam reunidas condições para determinadas medidas serem tomadas não tendo chegado a sê-lo, como e quando é que deveria ter sido posto um travão ao consumismo desenfreado, como e em que termos é que a competitividade deveria ter sido entendida ao nível das empresas, articulada ao desenvolvimento e à formação profissional, e ainda que papel e que segmentos principais poderíamos disputar num mercado europeu que já se anunciava em mutação acelerada.

Ao longo da segunda metade desses 25 anos, vieram-se conjugando factores negativos ligados à evolução da própria União Europeia no sentido da construção da união económica e monetária, a uma crescente quebra de solidariedade, a um alargamento a 27 que se revelou desmesurado, falho de coerência e posto em prática com excessiva rapidez, à adopção de soluções institucionais muito pouco adequadas às novas circunstâncias, enfim, a uma crise que à escala europeia nunca deixou de deixar as soluções na dependência da Alemanha e que, à escala planetária, ainda não encontrou perspectivas de solução satisfatória.

O cocktail tornou-se ainda mais tóxico para nós com esta fatal tendência lusitana para a má administração dos recursos, a imprevidência quanto ao futuro, o investimento não produtivo, o disparar do consumo, o manobrismo de especulações financeiras de vária ordem, a propensão para conceber os fundos europeus como uma espécie poço sem fundo, enfim, com tudo aquilo a que se foi assistindo, até sermos levados a um desequilíbrio geral em nome de demagogias insustentáveis e reiteradas.

(*) Professor Universitário, Escritor, Cronista ©DN



Ontem, hoje, amanhã

Que País tínhamos ontem, que País temos hoje, que País teremos amanhã? Admito que na pressão do dia-a-dia, a resposta que mais interessa às pessoas é a do presente.

Afinal, é hoje que temos contas para pagar, é hoje que centenas de milhares de portugueses estão desempregados, é hoje que as dificuldades mais apertam. Ninguém ignora os tempos difíceis que os portugueses estão a viver aqui e agora, e nem é preciso olhar para os indicadores económicos, basta olhar para o lado, para o vizinho, para o amigo, quem sabe até para dentro da nossa própria casa.

Mas não devemos perder a perspectiva e isso quer dizer que viemos de um ponto e que nos dirigimos a outro. Tendemos a fantasiar o passado e a pensar que nesses tempos é que era bom. E somos refractários a projectar um futuro melhor, quando o presente parece um túnel escuro e sem fim. A verdade é que o nosso passado recente nos conduziu ao País que somos hoje; e é desse País que nos esforçamos por sair o mais rapidamente possível. O caminho é estreito, duro, difícil. Mas já o disse aqui: voltar para trás não é regressar ao sítio onde fomos felizes. É regressar.

(*) Presidente da Comissão de Economia e Obras Públicas

Luís Campos Ferreira (*)



Legitimidades...

Vasco Graça Moura (*)

A esquerda e até algumas notabilidades da Direita andam por aí a espalhar uma ideia perigosa: a ideia de que um Governo deve ser substituído quando cria um grande descontentamento público (desce nas sondagens, por exemplo, ou é vaiado a cada canto da província). Ou seja, quando perde a legitimidade de exercício. Ora, a legitimidade de exercício era precisamente o que a Ditadura invocava para justificar a sua existência e a sua longa duração. Marcelo, principalmente, insistia muito nesse ponto. Se o povo estava contente, não havia qualquer razão para mudar, nem, como é óbvio, para fazer eleições. As coisas falavam por si. Que o radicalismo resolva hoje recorrer ao mesmo tipo de argumento (embora em sentido inverso) não tranquiliza ninguém e dá uma impressão, de resto falsa, da fragilidade da lei e do Estado. Isto mostra bem como os portugueses não aceitaram, nem ainda se conseguiram adaptar a um regime

representativo. Do Senhor D. João VI, por graça de Deus, rei de Portugal e do Brasil, até à remoção da tutela militar sobre a democracia, nenhum Governo foi legítimo, pela simples razão de que não tinha legitimidade de origem. O Senhor D. João VI retirava a sua directamente do Altíssimo, a democracia, depois da primeira revisão constitucional, retirava a sua do sufrágio popular e universal. Pelo meio passou uma infinidade de usurpações, de “revoluções” e de eleições falsificadas. O respeito e o “nojo” pelos políticos, que não desapareceu, começou aí: a população letrada não lhes reconhecia o menor direito de falar por ela e não ignorava o caminho de oportunismo e de sabujice que os levava ao Parlamento e ao Governo. A legitimidade de origem de Passos Coelho e de Paulo Portas não é duvidosa. Recomendar a sua expulsão pelo excelentíssimo dr. Cavaco abriria um precedente letal. Se Cavaco aceitasse

esta louca lógica, dali em diante nada impediria que uma manifestação ou uma assuada chegassem para liquidar um Governo. E, se não chegassem, um tiro ou um ou outro espancamento bastariam. Pouco a pouco, o verdadeiro poder acabaria por se transferir para pequenos grupos de activistas (sem unidade ou programa), capazes de encher a Av. da Liberdade, o Rossio ou Terreiro do Paço. O Presidente ficaria reduzido a convocar eleições sobre eleições ou até a engolir o resultado do último tumulto. Não percebo por que motivo esse belo sistema beneficiaria a esquerda ou as notabilidades do PSD que hoje colaboram com ela. A seguir a Passos Coelho e a Paulo Portas seriam elas, com certeza, as vítimas designadas. Tudo se paga neste mundo. –

(*) Professor Universitário, Historiador, Cronista ©Público

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



BORBA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Borba para reunir, no próximo dia 26 de Junho de 2013, (4ª feira), pelas 20h00, na sede de concelhia, sita na Rua Visconde Gião, nº 64 com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação das Contas referentes ao ano de 2012
- 3 - Análise da Situação Política Local
- 4 - Autárquicas 2013

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para Reunião Ordinária a decorrer no próximo dia 28 de Junho de 2013, (6ª feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B Ericeira com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1. Análise da Situação Política a nível local e nacional
2. Parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir, no próximo dia 22 de Junho de 2013 (Sábado), pelas 15h00H, na sede de Secção, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos (Edifício da Caixa Geral de Depósitos), nº 352 - 1º com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política- partidária
- 2 - Apresentação e votação das Contas referentes ao ano de 2012
- 3 - Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2013
- 4 - Eleições Autárquicas 2013
- 5 - Outros assuntos de interesse.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 25 de Junho de 2013 (3ªFeira), pelas 21h00H, na sede do Núcleo do PSD da Póvoa de Santa Iria, Rua Professor Vítor Manuel Morais, nº 30 Loja Dtª, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação dos Candidatos Autárquicos 2013 para o respectivo parecer
- 3 - Apresentação de Campanha



AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia de Aveiro, para se reunirem no próximo dia 21 de Junho de 2013, (Sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede do PSD/Aveiro, situada na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 170 - 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013;
- 2 - Análise da situação político partidária.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 05 de Julho de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes Faria, n.º 226, 1.º Dt., Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações da Comissão Política de Secção;
- 2 - Análise da situação política local e nacional;
- 3 - Outros assuntos de interesse para a JSD.

NÚCLEO DE ARCOZELO - BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD Núcleo de Arcozele - Barcelos, para reunir no próximo dia 12 de Julho de 2013, pelas 21h00, na Avenida Alcaldes Faria, n.º316, 1.ºEsqd - Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política da JSD Núcleo de Arcozele - Barcelos;
- 2 - Eleição da Mesa do Plenário da JSD Núcleo de Arcozele - Barcelos.

Notas:

- 1-As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;
- 2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;
- 3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;
- 4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;
- 5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;
- 6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;
- 7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24Horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;
- 8-As urnas estarão Abertas das 21h00 às 23h00.

NÚCLEO DE MILHAZES - BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD Núcleo de Milhazes - Barcelos, para reunir no próximo dia 13 de Julho de 2013,

pelas 17h00, na Rua do Guilhado, n.12, freguesia de Milhazes, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Comissão Política da JSD Núcleo de Milhazes - Barcelos;
- 2 - Eleição da Mesa do Plenário da JSD Núcleo de Milhazes - Barcelos.

Notas:

- 1- As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;
- 2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;
- 3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;
- 4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;
- 5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;
- 6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;
- 7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24Horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;
- 8-As urnas estarão Abertas das 17h00 às 19h00.